

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 32: FOTOGRAFIA E MEMÓRIA

Estefania Knotz C. Fraga*

De Paula, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba, Editora da Unicamp/Editora Unimep, 1998 (Coleção Tempo & Memória, v. 7).

As fotografias, em geral, sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou: são os elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. A cena gravada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. Os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores fotográficos e seus equipamentos. De todo o processo somente a fotografia sobrevive...

Os assuntos nela registrados atravessaram os tempos e são hoje vistos por olhos estranhos, em lugares desconhecidos: natureza, objetos, sombras, raios de luz, expressões humanas, por vezes crianças, hoje mais que centenárias, que se mantiveram crianças.

Boris Kossov¹

Jeziel de Paula alia seus conhecimentos de fotógrafo profissional à sua formação como historiador particularmente sensível à percepção de sinais e indícios, fragmentos minúsculos de tempo e espaço contidos nas imagens fotográficas, para realizar um trabalho historiográfico instigante, construído basicamente a partir de um rico material fotográfico sobre a Revolução Constitucionalista de 1932.

Reunindo uma grande quantidade de fotografias (cerca de 2000 imagens) publicadas em jornais e revistas da época, cartazes, livros raros e fotografias originais localizadas

* Professora do Departamento de História da PUC-SP.

¹ *Fotografia e memória. Reconstituição por meio da fotografia*. In: Samain, Etienne (org.). *O fotográfico*. São Paulo, Hucitec/CNPq, 1998, p. 45.

em arquivos públicos e particulares, sociedades de veteranos de guerra, bibliotecas, alfarrábios, “porões e caixas de sapato” (p. 24), Jeziel de Paula constituiu um sólido apoio documental de 700 fotos utilizando como critério de seleção o maior ou menor “grau de informação imagética” (objetiva e subjetiva) que cada fotografia pudesse trazer, além do estado de conservação que apresentavam as imagens.

Além da preocupação com a constituição de um acervo de imagens fotográficas sobre o movimento constitucionalista de 1932, o autor desenvolveu extensa pesquisa bibliográfica (incluindo a localização de trabalhos historiográficos que traziam a reprodução de fotografias do movimento), para empreender o diálogo entre a historiografia e as possíveis leituras sugeridas pelas fotografias. Lembra que quanto maior o conhecimento que tem o pesquisador em relação ao tema, “maior o grau de percepção e acuidade na identificação de indícios e detalhes ínfimos aparentemente invisíveis, porém presentes na imagem e fundamentais para sua futura interpretação” (p. 24). Imprescindível também, segundo o autor, a leitura de uma bibliografia, técnica e operacional, para a obtenção de informações sobre a tecnologia fotográfica da época em que foram feitas as imagens.

Trabalhando ao longo do texto com imagens fotográficas sobre o movimento de 32, Jeziel de Paula questiona e relativiza algumas versões sobre o evento registradas em obras de memorialistas e outros materiais que impregnaram a memória histórica sobre o movimento. Nessa direção de interpretação, por exemplo, no capítulo I, o autor realiza um interessante trabalho com raras fotos publicadas em jornais da época, aparentemente registrando cenas de combate. Valendo-se do seu treinado olhar de fotógrafo profissional, de informações sobre a tecnologia fotográfica da época e de sólidos conhecimentos historiográficos sobre o evento, Jeziel demonstra que em 1930 a fotografia já havia atingido um estágio tecnológico avançado, com o aparecimento de câmeras mais leves, que utilizavam filmes de 35 mm, o que exigia menos tempo de exposição, e que tornava possível o registro de situações de combate. Como são praticamente inexistentes tais imagens de batalhas do lado constitucionalista (ou paulista) e a

ausência total delas, entre os ditatoriais, não se devem a nenhuma limitação técnica, mas a uma postura intencional. No caso de 1932, mais do que com o objetivo de documentar o evento, a mensagem fotográfica foi utilizada pelos dois lados da guerra para recriá-lo segundo um determinado ponto de vista. (p. 41)

Como lembra o autor na introdução do livro, seu propósito não foi o de reescrever a história do movimento constitucionalista que eclodiu em São Paulo, em 1932. Perseguindo novas vertentes metodológicas para a pesquisa da fotografia como fonte histó-

rica, busca identificar nas imagens fotográficas sobre o acontecimento as múltiplas possibilidades de interpretação historiográfica de um mesmo evento histórico (p. 277).

Ao longo do seu texto, não só o trabalho simultâneo com as imagens, com o material bibliográfico sobre o tema, mas as informações sobre técnicas fotográficas usadas na época não deixam dúvida ao leitor de que os propósitos do pesquisador foram plenamente alcançados. Por exemplo, uma das temáticas trabalhadas por Jeziel de Paula envolve questões sobre a participação popular no movimento. O grande número de fotografias que retrata a presença da população é reproduzida no livro e cuidadosamente analisado, resultando em um texto que conduz o olhar do leitor no reconhecimento e descoberta de indícios e fragmentos, de certo modo, imperceptíveis. O resultado alcançado nos remete às palavras da Profa. Miriam L. Moreira Leite:² “A fotografia ou o desenho permitem uma penetração de significados por meio da memória espacial e da associação de imagens. O exercício de análise das fotografias estimula a percepção visual e habitua a enxergar na foto uma radiografia com sugestões de significados invisíveis que ultrapassam o enquadramento das duas dimensões”.

Também no Capítulo I, sob o sugestivo título “Imagens contraditórias”, encontra-se outro exemplo do trabalho de interpretação de Jeziel de Paula. Utilizando para a análise textos verbais e textos visuais, constrói uma nova perspectiva de leitura do movimento de 32 ao demonstrar que, se para os adeptos de Getúlio Vargas (os ditatoriais, em contraposição aos constitucionalistas, termos usados na época do conflito), o movimento de São Paulo era separatista e comunista – uma interpretação usada como arma ideológica contra os constitucionalistas, resumindo-se em um motim patrocinado pelas elites políticas e militares paulistas – os documentos visuais sugerem que em 1932 ocorreu uma cisão entre os integrantes da Aliança Liberal que, em 1930, conduziu Vargas ao poder. Analisando centenas de fotografias de líderes e chefes do movimento de outubro de 1930, Jeziel demonstra que 20 meses depois eles apoiariam a Revolução de 1932. E cita, entre outros, “Assis Brasil, Artur Bernardes, Raul Pilla, Batista Luzardo, Lindolfo Collor, Borges de Medeiros, Djalma Pinheiro Chagas e João Neves Fontoura – todos conduzidos ao poder ou nele mantidos pela revolução da Aliança Liberal de 1930; da mesma forma, todos eles líderes revolucionários constitucionalistas em 1932; e, por coincidência, nenhum deles paulista” (p. 86).

2 “Texto visual e texto verbal”. In: Bela Feldman-Bianco e Miriam L. Moreira Leite (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, Papirus, 1998, p. 43.

A questão da censura política exercida na época sobre as notícias veiculadas na imprensa é outro exemplo expressivo das muitas possibilidades de interpretação sugeridas pelo trabalho com imagens fotográficas. Demonstrando que o propósito da censura era o de evitar a formação de opiniões não desejadas, o autor mostra como tanto constitucionalistas como getulistas censuraram imagens fotográficas que não corroborassem a sua versão do conflito. Assim, nos jornais, principalmente o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, porta-voz do Governo Provisório, entre as 350 fotografias publicadas pelo órgão durante os 85 dias do movimento,

nem uma única imagem de manifestação pública foi encontrada, fosse ela contra ou a favor, tanto dos ditatoriais como dos constitucionalistas. A totalidade dessas imagens mostrava somente desembarques, deslocamentos e concentrações de tropas regulares do Exército, Marinha, milícias estaduais e provisórios, assim como armamentos de guerra, grupos de oficiais e soldados posicionados no front.(...) os órgãos de censura ditatoriais atuaram basicamente no sentido de fazer passar para a população, no restante do país, um caráter estritamente regional e militar do movimento constitucionalista, silenciando sobre a grande mobilização popular em São Paulo, principalmente em seus aspectos políticos e sociais, e os levantes que aconteciam em mais oito Estados brasileiros. (p. 39)

Em contrapartida, as imagens fotográficas do lado constitucionalista, amplamente divulgadas pela imprensa, mostravam a adesão da população ao movimento.

Ainda em relação à censura, o autor encontrou e trabalhou fotografias nas quais identificou o claro objetivo de direcionar o olhar do leitor e que em certos casos “correspondia exatamente ao inverso do que informava a imagem” (p. 41). Cita o historiador francês Georges Sadoul para discutir o efeito que as legendas podem causar ao significado de um documento, no caso, a fotografia publicada na imprensa. É interessante para se conhecer o seu processo de trabalho de interpretação a transcrição de um trecho do qual analisa a foto que registra um momento de combate e que foi publicada no jornal carioca *A Gazeta*, em agosto de 1932, com a seguinte legenda: “Aspectos de um avanço da infantaria constitucionalista, num dos setores do Sul”. Observador atento e conhecedor dos recursos técnicos na produção da imagem, aliados a um vasto arsenal de informações, não só sobre o próprio evento, mas também sobre o equipamento bélico utilizado no conflito, conclui o autor:

trata-se de uma das poucas e raras imagens de combate real da guerra civil. Observando com atenção, o que a fotografia claramente nos mostra é um *vermelhinho*, avião *Waco* CSO-90 das forças ditatoriais, realizando um mergulho acrobático para poder utilizar suas duas metralhadoras 7 mm, além de seis soldados paulistas correndo em determinada di-

reção, aparentemente oposta ao ataque da aeronave. (...) Como podemos constatar, contrariando a legenda otimista, a imagem não evidencia *um avanço da infantaria constitucionalista*. (p. 43)

Com o propósito de discutir o processo de constituição de uma memória em torno do movimento de 32, merece referência o seu trabalho de interpretação de raros registros fotográficos sobre os acontecimentos de 21 a 23 de maio de 1932, no centro de São Paulo, e que foram considerados por muitos pesquisadores como o estopim do movimento constitucionalista. O autor conclui que aqueles episódios representaram o “ápice de um processo iniciado em outubro de 1930 e que, exatamente por sua importância, tornou-se um dos capítulos mais polêmicos e contraditórios entre as inúmeras interpretações historiográficas vigentes” (p. 88). Com base na análise do material fotográfico, e atento às sutilezas da imagem, o Prof. Jesiel demonstra que naquele dia ocorreu não apenas uma passeata de estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e que acabaram atacando a sede do PPP (Partido Popular Paulista), pró-ditadura. No confronto morreram, baleados pela polícia, quatro jovens estudantes (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo), nomes cujas iniciais dariam origem à sigla MMDC “a maior força de apoio logístico do movimento constitucionalista” (p. 88). As fotografias e depoimentos demonstram a presença de uma multidão envolvida no conflito, inclusive mulheres e crianças, o que, para o autor, é um dado significativo, pois aquele dia fora declarado feriado pela Associação Comercial em protesto à presença de Oswaldo Aranha, incubido por Vargas de resolver o impasse em torno da constituição do novo secretariado da interventória estadual e que não tinha o apoio dos outubristas.

Sob o título “Imagens da mobilização”, Capítulo 3 do livro, o pesquisador realiza com o material fotográfico um interessante e instigante trabalho para analisar o processo de mobilização da população paulista em 32. São imagens dos comícios monstros realizados na Praça da Sé, onde Ibrahim Nobre ou João Neves da Fontoura ocupavam a tribuna para proferir discursos inflamados, nos quais se louva a mobilização do povo em favor da guerra: “O espetáculo de São Paulo em armas entusiasma mesmo os cépticos. Há uma estranha beleza nesta metamorfose marcial. Um povo de trabalhadores despe a blusa e veste a farda (...)” (Trecho do discurso proferido por João Neves da Fontoura, citado pelo autor, à p. 104).

Ainda no Capítulo 3 o autor traz várias fotos dos batalhões infantis participando de atos comemorativos por ocasião do 7 de Setembro. Incentivados por pais e professores, os batalhões infantis se espalharam por todo o estado de São Paulo. Outras ima-

gens mostram a participação e o envolvimento espontâneo das crianças com os acontecimentos do momento: acompanhando o desfile de voluntários ou incorporando, nas suas brincadeiras, réplicas de fuzis, canhões, tanques e aviões, construídos com pedaços de madeira e papelão.

Ainda para trabalhar o tema da mobilização, Zeziel de Paula realiza um excelente trabalho de pesquisa iconográfica e fonográfica sobre o movimento de 32. Além de fotografias, cartazes, sonetos, letras de música que permitem constatar o envolvimento de artistas e intelectuais no movimento, como Anita Malfatti, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida e o cantor Francisco Alves. Destaca também a participação da rádio – a *Rádio Sociedade Record* – na divulgação do movimento (o locutor César Ladeira, pelo seu trabalho de propaganda radiofônica ficou conhecido como “a voz da revolução”) e na atividade de arrecadação de fundos para o movimento, envolvendo técnicos e artistas daquela emissora. Também as fotos de mulheres em várias situações de trabalho voluntário são também apresentadas. Interessante é a reprodução no texto de cartazes e materiais de propaganda de várias empresas que aproveitavam o envolvimento da população como apelo de venda. É um capítulo em que as imagens têm uma presença forte e envolvente, realizando o propósito de o autor demonstrar que através

da análise de centenas de imagens fotográficas, ficou claro que o envolvimento popular a favor da bandeira pela constitucionalização do país era muito maior do que propunham as interpretações historiográficas predominantes. (p. 100)

No capítulo 4, “Imagens da Brasilidade”, a afirmação de que a fotografia, “como qualquer artefato material, precisa ser devidamente situada e identificada no contexto histórico e tecnológico particular que lhe deu origem” (p. 231) pode ser confirmada com o trabalho que o autor realiza, estudando várias imagens fotográficas em que as cores das bandeiras paulista e brasileira podem causar problemas de interpretação ao pesquisador que não leve em conta que os filmes da época, em branco e preto, registram cores em diferentes tonalidades do cinza ao preto. Por exemplo, na bandeira brasileira, a legenda “Ordem e Progresso” somente se tornaria legível na fotografia se estivesse escrita em verde e desapareceria completamente quando escrita em azul. É importante lembrar que a padronização da cor verde para o lema positivista só foi regulamentada dez anos depois, pelo Decreto Lei n. 4.545, de 31 de julho de 1942 (...). Antes disso, o emprego da cor verde ou azul dependia do gosto pessoal de quem confeccionava a bandeira. Assim, quando fotografada com filme tipo sensível ao azul, a bandeira do Brasil sempre aparecia representada como um retângulo preto contendo um círculo

branco ao centro. Era como se estivéssemos vendo “uma bandeira do Japão no negativo” (p. 205). Ao contrário, a bandeira paulista com suas listras alternadas em preto e branco sempre se destacava nas fotografias. E, levando-se em consideração a utilização de símbolos durante o movimento – as bandeiras paulista e nacional entrelaçadas aparecem em distintivos, broches, cartazes, folhetos e marcando inúmeros outros objetos, as cores branca para os constitucionalistas e vermelha para os ditatoriais, usadas para pintar o equipamento bélico e também nos lenços que completavam o uniforme dos combatentes – é perfeitamente compreensível a observação do autor de que em

qualquer pesquisa em que a imagem fotográfica seja encarada como fonte documental privilegiada, torna-se extremamente importante para o historiador possuir informações prévias sobre sua evolução técnica ao longo do tempo (...) O trabalho de análise deve necessariamente considerar o estágio tecnológico alcançado pelos recursos fotográficos da época” (p. 202).

Mas também observa que, se o olhar treinado de um fotógrafo profissional

não for acompanhado de uma visão historiográfica do tema, poderá acabar privilegiando certos aspectos mais estéticos da imagem em detrimento das informações históricas que contêm. (p. 228)

O livro do professor Jeziel de Paula (originalmente uma dissertação de mestrado defendida na Unicamp), oportunamente publicado pela Editora da Universidade Metodista de Piracicaba e pela Editora da Unicamp, soma-se aos trabalhos de outros pesquisadores que, mais recentemente, têm enfrentado o desafio de trabalhar a imagem como fonte documental, abrindo discussões que apontam para novas perspectivas teórico-metodológicas. A leitura do livro certamente convidará o leitor a refletir sobre as possibilidades de manipulação das imagens e a tecer considerações sobre a historiografia de 32, como nos relata o professor Edgar Salvadori De Decca, na apresentação do livro (p. 15):

De um momento para outro, passei a dar-me conta, a partir da pesquisa de Jeziel de Paula, de que a historiografia de 1932 não tinha sido traída apenas por imagens que haviam sido manipuladas ideologicamente pelos sujeitos sociais e políticos. Mais do que isso, havia sido traída pelas próprias fotografias do período, principalmente porque os historiadores que se aventuraram a trabalhar com as imagens fotográficas não tinham meios e instrumentos para analisá-las.